



1º Simulado Preparatório para o Concurso do Ministério Público da União

Cargo: Analista do MPU

Informações

- ✓ Tempo de Prova: 04h30
- ✓ Banca Organizadora: CESPE
- ✓ Número de Questões: 120 + Discursiva
- ✓ Modalidade: Certo ou Errado

Conteúdo / N° de Questões

- Língua Portuguesa – 20
- Acessibilidade – 05
- Ética no Serviço Público – 10
- Legislação Aplicada – 15
- Direito Administrativo – 07
- Direito Constitucional – 07
- Direito do Trabalho – 07
- Direito Processual do Trabalho – 07
- Direito Civil – 07
- Direito Processual Civil – 07
- Direito Penal – 07
- Direito Processual Penal – 07
- Direito Penal Militar – 07
- Direito Processual Penal Militar – 07

Importante

O simulado é feito com muita atenção e zelo para que ele seja fidedigno ao conteúdo normalmente exigido pela banca nos concursos anteriores.

Buscamos captar questões bem elaboradas que já foram aplicadas em concursos anteriores. Quando o conteúdo foi pouco explorado em outras provas, realizamos nossas próprias questões com base na dificuldade e padrões da banca.

Curta nossa página no [Facebook](#) para manter-se sempre atualizado sobre novos simulados.

Caso tenha dúvidas ou sugestões, queira fazer críticas ou até mesmo solicitar outros simulados, entre em contato conosco!

Motivação

Analistas do MPU têm o prestígio da população. A profissão é muito bem quista e engrandece o indivíduo.

Entre as funções de um Analista, estão a de: assessorar, dentro ou fora do ambiente da sede de trabalho, os membros e as chefias em processos judiciais e administrativos e em procedimentos extrajudiciais; atuar em processos judiciais e administrativos e em procedimentos extrajudiciais.

A remuneração inicial do recém-nomeado será no valor de **R\$ 11.259,81** mais benefícios.



Bom Simulado!

Língua Portuguesa

Texto I (Questões 01 a 10)

1 Uma das grandes cousas que se veem hoje no
 mundo, e nós pelo costume de cada dia não admiramos, é a
 4 transmigração imensa de gentes e nações etíopes, que da
 África continuamente estão passando a esta América. Entra
 uma nau de Angola, e desova no mesmo dia quinhentos,
 seiscentos e talvez mil escravos. Os israelitas atravessaram
 7 o Mar Vermelho, e passaram da África à Ásia, fugindo do
 cativeiro; estes atravessam o mar oceano na sua maior
 largura, e passam da mesma África à América e para viver
 10 e morrer cativos. Os outros nascem para viver, estes para
 servir. Nas outras terras do que aram os homens, e do que
 fiam e tecem as mulheres, se fazem os comércios: naquela
 13 o que geram os pais e o que criam a seus peitos as mães, é
 o que se vende, e se compra. Oh trato desumano, em que a
 mercancia são homens! Oh mercancia diabólica, em que os
 16 interesses se tiram das almas alheias, e os riscos das
 próprias!

Já se depois de chegados olharmos para estes
 19 miseráveis, e para os que se chamam seus senhores: o que
 se viu nos dous estados de Jó, é o que aqui representa a
 fortuna, pondo juntas a felicidade e a miséria no mesmo
 22 teatro. Os senhores poucos, e os escravos muitos; os
 senhores rompendo galas, os escravos despidos e nus; os
 senhores banquetando, os escravos perecendo à fome; os
 25 senhores nadando em ouro e prata, os escravos carregados
 de ferros; os senhores tratando-os como brutos, os escravos
 adorando-os e temendo-os como deuses; os senhores em pé
 28 apontando para o açoute, como estátuas da soberba e da
 tirania, os escravos prostrados com as mãos atadas atrás
 como imagens vilíssimas da servidão, e espetáculos da
 31 extrema miséria.

Com relação aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto I, julgue os itens que seguem.

01. No trecho “e para os que se chamam seus senhores” (ℓ.19), o verbo chamar é sinônimo de intitular.

02. A expressão “pelo costume de cada dia” (ℓ.2) exprime a causa por que, conforme o texto, não se admirava “a transmigração imensa de gentes e nações etíopes” (ℓ. 2 e 3).

03. Apesar de conter marcas de primeira pessoa do plural — como “nós” (ℓ.2), “admiramos” (ℓ.2) e “olharmos” (ℓ.18) —, o texto caracteriza-se como uma descrição objetiva do tráfico de escravos da África para o Brasil.

04. Na linha 5, o vocábulo “desova” foi empregado com um sentido pejorativo, revelando a desaprovação do autor em relação à chegada de escravos ao Brasil.

05. A correção gramatical do texto seria prejudicada caso o trecho “se fazem os comércios” (ℓ.12) fosse assim reescrito: são feitos os comércios.

06. Seria mantida a correção gramatical do texto caso a vírgula empregada logo após “viver” (ℓ.10) fosse substituída por ponto e vírgula.

07. A correção gramatical do texto seria mantida caso fosse suprimido o vocábulo “esta” no trecho “que da África continuamente estão passando a esta América” (ℓ. 3 e 4), embora o sentido desse trecho fosse alterado.

08. Depreende-se dos sentidos do texto que o vocábulo “naquela” (ℓ.12) refere-se a “América” (ℓ.9).

09. Os sentidos do texto seriam preservados caso o vocábulo “mar” (ℓ.8) fosse suprimido.

10. A substituição do vocábulo “juntas” (ℓ.21) por junto alteraria os sentidos originais do texto, porém sua correção gramatical seria mantida.

Texto II (Questões 11 a 14)

1 No pensamento filosófico da Antiguidade, a dignidade
 (*dignitas*) da pessoa humana era alcançada pela posição social
 ocupada pelo indivíduo, bem como pelo grau de
 4 reconhecimento dos demais membros da comunidade. A partir
 disso, poder-se-ia falar em uma quantificação (hierarquia) da
 dignidade, o que permitia admitir a existência de pessoas mais
 7 dignas ou menos dignas.

Frise-se que foi a partir das formulações de Cícero que
 a compreensão de dignidade ficou desvinculada da posição
 10 social. O filósofo conferiu à dignidade da pessoa humana um

sentido mais amplo ligado à natureza humana: todos estão sujeitos às mesmas leis da natureza, que proíbem que uns prejudiquem aos outros.

No círculo de pensamento jusnaturalista dos séculos XVII e XVIII, a concepção da dignidade da pessoa humana passa por um procedimento de racionalização e secularização, mantendo-se, porém, a noção básica da igualdade de todos os homens em dignidade e liberdade. Nesse período, destaca-se a concepção de Emmanuel Kant de que a autonomia ética do ser humano é o fundamento da dignidade do homem. Incensurável é a permanência da concepção kantiana no sentido de que a dignidade da pessoa humana repudia toda e qualquer espécie de coisificação e instrumentalização do ser humano.

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto II, julgue os próximos itens.

11. Seria mantida a coerência do texto se o trecho “a partir das” (ℓ.8) fosse substituído ou por com base nas ou por desde as, embora essas duas expressões tenham sentidos distintos.

12. Seria mantido o sentido do texto caso o trecho “que proíbem que uns prejudiquem aos outros” (ℓ.12 e 13) fosse reescrito da seguinte forma: o que impossibilita que uns e outros se prejudiquem.

13. No terceiro parágrafo, com o emprego de “porém” (ℓ.17), o autor expressa uma oposição entre a ideia de “racionalização e secularização” (ℓ.16) do conceito de dignidade humana e a manutenção da “igualdade de todos os homens em dignidade e liberdade” (ℓ.17 e 18).

14. No primeiro parágrafo, os parênteses foram empregados para isolar palavras cuja função é explicar o sentido do elemento que imediatamente lhes antecede.

Texto III (Questões 15 a 19)

A prática empreendedora vem crescendo no Brasil, sobretudo entre a população negra. Atualmente a maioria dos

empreendedores negros são mulheres que abriram seus negócios por oportunidade, contrariando a crença geral de que as pessoas das camadas com menor poder aquisitivo procuram abrir seus negócios mais por necessidade ou devido ao desemprego.

Praticamente metade desses empreendedores tem menos de 40 anos e, em relação aos jovens, 75% deles estão empreendendo pela primeira vez, tendo a maioria concluído ou iniciado o ensino superior.

Há uma sinalização de que a juventude negra está seguindo uma mudança cultural que ocorre de forma gradativa. Ela está percebendo que o empreendedorismo pode ser uma forma de protagonizar uma transformação de alto impacto social e econômico.

A respeito das ideias e dos aspectos linguísticos do texto III, julgue os itens a seguir.

15. No segundo parágrafo, a autora apresenta dados sobre o tema tratado por meio de uma gradação do percentual de engajamento da população negra feminina no empreendedorismo.

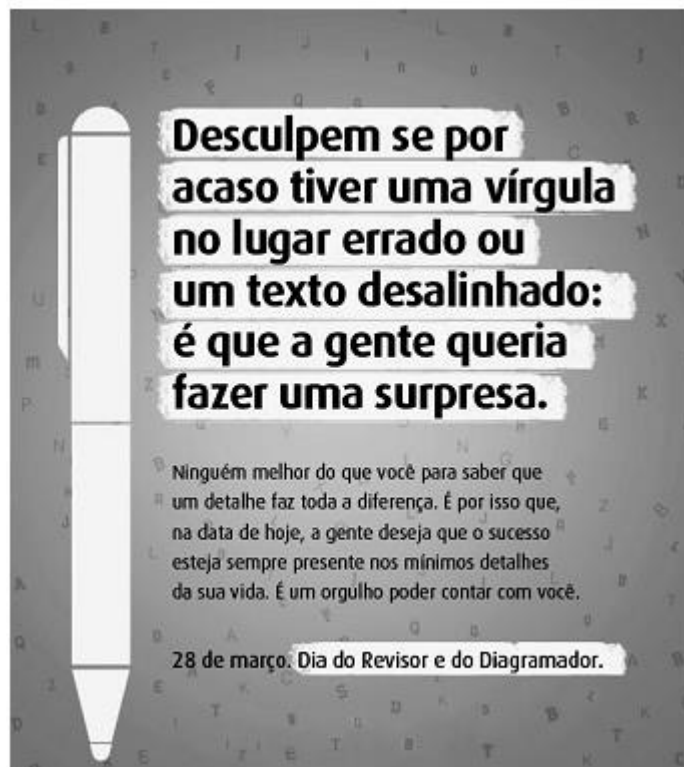
16. O texto refuta a ideia de que as camadas mais pobres da população não têm iniciativa para promover transformação social.

17. Depreende-se do texto que o crescimento do número de empreendedores entre a população negra está associado a uma mudança de mentalidade impulsionada por transformações sociais positivas — como a ampliação do acesso ao ensino superior — e negativas, como o crescimento do desemprego.

18. A palavra “oportunidade” (ℓ.4) retoma a expressão “prática empreendedora” (ℓ.1).

19. Deduz-se do primeiro parágrafo do texto que o estrato da população com maior poder aquisitivo ainda é composto por poucos negros.

Texto IV (Questão 20)



No que concerne aos aspectos linguísticos do texto IV, julgue o item a seguir.

20. A linguagem do texto apresenta elementos característicos de um nível de linguagem mais informal com função comunicativa bem definida: estabelecer uma aproximação com o leitor.

Acessibilidade

Com base no disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência, julgue os itens a seguir.

21. Os serviços do Sistema Único de Saúde e do Sistema Único de Assistência Social deverão promover ações articuladas para garantir à pessoa com deficiência e sua família a aquisição de informações, orientações e formas de acesso às políticas públicas disponíveis, com a finalidade de propiciar sua plena participação social.

22. A pessoa com deficiência não poderá sofrer nenhuma espécie de discriminação

pela sua condição, mas não será obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.

23. Joana é pessoa com deficiência e está grávida de seu primeiro filho, sendo a gestação considerada de alto risco. Nos termos da Lei no 13.146/2015, especificamente no que concerne ao direito à saúde, é assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência, por intermédio do SUS, não abrangendo, todavia, situações que apresentem níveis de complexidade elevados.

24. Para fins de aplicação da Lei nº 13.146/2015, as barreiras existentes nos edifícios públicos ou privados são barreiras arquitetônicas.

25. A curatela de pessoa com deficiência é medida protetiva extraordinária que impõe aos curadores o dever de representar os curatelados e de prestar semestralmente contas de sua atuação ao juiz.

Ética no Serviço Público

Julgue os itens seguintes, relativos ao regime dos servidores públicos federais e à ética no serviço público.

26. É dever do servidor público facilitar a fiscalização de serviço público cuja prestação esteja sob sua responsabilidade.

27. É dever do servidor público respeitar a hierarquia, respeito esse que veda a ele representar contra comprometimentos da estrutura do poder estatal.

28. A vida privada do servidor não tem importância para o serviço público, pois o Código de ética do servidor público está voltado apenas para os atos praticados no exercício do cargo.

29. A constituição de um país deve se guiar pela ética a fim de viabilizar, na sociedade, a implementação plena dos serviços públicos e possibilitar a efetivação dos direitos da pessoa humana e do exercício da cidadania.

30. Os direitos e deveres do servidor público são consagrados na Constituição Federal e na legislação federal, vedada a instituição de outros direitos e deveres no âmbito das leis ordinárias dos estados e dos municípios.

31. São penalidades disciplinares a advertência, a suspensão e a destituição de cargo em comissão.

32. Quando uma penalidade de suspensão é cancelada dos registros de um servidor, o cancelamento tem efeitos retroativos à data da sanção.

À luz da Lei de Improbidade Administrativa — Lei n.º 8.429/1992 —, julgue os itens a seguir.

33. É imprescindível a ocorrência de dolo para a tipificação, como ato de improbidade administrativa, da conduta de agente público que cause prejuízo ao erário.

34. Além dos servidores públicos, são considerados sujeitos ativos de atos de improbidade administrativa os notários e registradores, que podem sofrer as penalidades previstas na lei em apreço.

35. Os atos de improbidade administrativa atingem apenas entidades integrantes do Poder Executivo.

Legislação Aplicada

Com relação à Lei Orgânica do MPU, bem como às funções, aos princípios institucionais e à autonomia funcional e administrativa do Ministério Público (MP), julgue os itens a seguir.

36. Caso um indivíduo tenha sido preso em flagrante delito por ter cometido crime de competência da justiça federal, o membro do Ministério Público Federal (MPF) que atuar no caso terá independência funcional irrestrita

37. Não será violada a independência funcional do MPU no caso de, tendo esse órgão encaminhado proposta orçamentária em desacordo com os limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo realizar os ajustes necessários para consolidação da proposta orçamentária anual.

38. O órgão do MP que atua junto aos tribunais de justiça militar dos estados pertence ao MPU.

39. O procurador-geral da República exerce as funções do Ministério Público, nas ações cabíveis, perante o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça.

40. A destituição, pelo presidente da República, do procurador-geral da República depende de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.

41. O procurador-geral da República é também o procurador-geral eleitoral.

42. O órgão do MP que atua junto aos tribunais de justiça militar dos estados pertence ao MPU.

Em relação aos direitos e às garantias fundamentais e às funções essenciais à justiça, julgue os itens a seguir, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

43. Cabe ao Ministério Público Federal representar a União em caso de ação judicial proposta por servidor da justiça militar da União que cobre diferenças devidas em razão de erro no cálculo de sua remuneração.

44. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o membro do Ministério Público Militar que atuar na primeira instância jurisdicional será processado e julgado por tribunal regional federal quando da prática de crime comum, ressalvada a competência da justiça eleitoral.

45. O ato de vitaliciamento de membro do Ministério Público, por ter natureza de ato administrativo, está sujeito ao controle de legalidade pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

46. O Ministério Público é instituição permanente e essencial à função jurisdicional cujo rol de funções previsto pela Constituição Federal de 1988 é não exaustivo e inclui a titularidade para promover ação penal pública e ação direta de inconstitucionalidade.

47. Segundo a CF, Ministério Público que atue junto ao TCU ou junto ao tribunal de contas estadual integrará, respectivamente, o Ministério Público da União ou o Ministério Público do estado em questão.

48. Em decorrência do princípio da unidade, membro do MP não pode recorrer de decisão proferida na segunda instância se o acórdão coincidir com o que foi preconizado pelo promotor que atuou no primeiro grau de jurisdição.

49. No exercício de sua competência constitucional e correicional da instituição, o Conselho Nacional do Ministério Público pode avocar processos disciplinares em curso em quaisquer unidades do Ministério Público Brasileiro.

50. O Conselho Nacional do Ministério Público tem competência para apreciar e desconstituir, inclusive de ofício, atos

administrativos praticados pelos membros do *Parquet*.

Direito Administrativo – 07

Em relação aos princípios aplicáveis à administração pública, julgue os próximos itens.

51. O princípio da proporcionalidade, que determina a adequação entre os meios e os fins, deve ser obrigatoriamente observado no processo administrativo, sendo vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.

52. Em decorrência do princípio da segurança jurídica, é proibido que nova interpretação de norma administrativa tenha efeitos retroativos, exceto quando isso se der para atender o interesse público.

No que se refere aos servidores públicos e aos atos administrativos, julgue os itens que se seguem.

53. Situação hipotética: Um servidor público efetivo em exercício de cargo em comissão foi exonerado ad nutum em razão de supostamente ter cometido crime de peculato. Posteriormente, a administração reconheceu a inexistência da prática do ilícito, mas manteve a exoneração do servidor, por se tratar de ato administrativo discricionário. Assertiva: Nessa situação, o ato de exoneração é válido, pois a teoria dos motivos determinantes não se aplica a situações que configurem crime.

54. Quando há desvio de poder por autoridade administrativa para atingir fim diverso daquele previsto pela lei, o Poder Judiciário poderá revogar o ato administrativo em razão do mau uso da discricionariedade.

Julgue os seguintes itens, relativo à organização administrativa da União e sobre licitações.

55. As autarquias somente podem ser criadas mediante lei específica, enquanto empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, que integram a administração indireta, podem ter sua criação autorizada mediante decreto do presidente da República.

56. A administração pública indireta, na esfera federal, compreende as entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público e privado, as quais mantêm relação de subordinação e controle hierárquico com os ministérios com os quais guardam pertinência.

57. Modalidade de licitação corresponde ao procedimento utilizado para conduzir o certame; tipo de licitação é o critério de julgamento que será utilizado para selecionar a proposta mais vantajosa para a administração.

Direito Constitucional

Em relação aos direitos e às garantias fundamentais e às funções essenciais à justiça, julgue os itens a seguir, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

58. Caso, em determinado estado da Federação, um grupo de pessoas constitua uma associação, para certo fim, que se comprove ilícita por meio de processo regular, somente decisão judicial poderá suspender as atividades da associação, independentemente do trânsito julgado da ação.

59. O princípio da isonomia, em sua perspectiva material (igualdade na lei), refere-se à interpretação e aplicação igualitária de um diploma normativo já confeccionado.

60. A Defensoria Pública da União (DPU) pode, em decorrência de expressa previsão constitucional, requisitar diretamente a instituição financeira informações bancárias de cidadão brasileiro.

61. Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, brasileiro nato que tiver perdido a nacionalidade poderá ser extraditado.

62. Asilo político, cuja concessão independe de reciprocidade, é o acolhimento, pelo Estado, de estrangeiro perseguido em outros lugares — não necessariamente em seu próprio país — por dissidência política, entre outros motivos.

Com relação à organização do Estado, julgue os itens a seguir.

63. As terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras e os terrenos de marinha e seus acrescidos são bens pertencentes à União.

64. No que se refere à proteção e à defesa da saúde, a União exerce competência legislativa concorrente, cabendo-lhe o estabelecimento de normas gerais.

Direito do Trabalho

Julgue os itens seguintes, no que tange a trabalho da mulher, segurança e higiene do trabalho, direito de greve e processo trabalhista.

65. O objetivo da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), instituída no Brasil por recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), é a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho.

66. A confirmação de gravidez durante o aviso prévio indenizado impede a garantia de estabilidade provisória à gestante.

67. A greve é o movimento de trabalhadores que acarreta a paralisação dos serviços.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao contrato de trabalho e aos direitos e deveres dele decorrentes.

68. O período em que o empregado estiver afastado por motivo de acidente de trabalho é computado como tempo de serviço para fins de indenização e estabilidade.

69. A suspensão que ultrapassar o prazo de trinta dias consecutivos é considerada rescisão injusta do contrato de trabalho por culpa do empregador, portanto são devidas, ao empregado, as verbas rescisórias normais.

70. Sendo urbano o trabalhador, e seu trabalho compreendido entre as 22 h e 05 h, seu contrato de trabalho será considerado noturno e a hora trabalhada será computada com cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

71. Negociação coletiva pode majorar a jornada regulamentar de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.

Direito Processual do Trabalho

Em relação ao direito processual do trabalho, julgue os itens a seguir.

72. Não é cabível a citação por edital no procedimento sumaríssimo.

73. Os dissídios individuais cujo valor não exceda 40 vezes o salário mínimo em vigor deverão ser submetidos ao rito sumaríssimo.

74. Nas ações vinculadas ao rito sumaríssimo, os pedidos devem ser certos e determinados, facultada ao autor a respectiva liquidação como forma de facilitar a tentativa de conciliação.

75. Em razão da indisponibilidade do interesse público, as pessoas jurídicas de direito público não se sujeitam à revelia no âmbito trabalhista.

76. Os prazos processuais previstos na CLT são contados em dias úteis, sendo excluído o primeiro e incluído o último dia da contagem.

77. Tomando-se por base o sistema de produção das provas no direito processual trabalhista, é correto dizer que a confissão pode ser real ou ficta, sendo a primeira uma presunção absoluta e a segunda uma presunção relativa que pode ser elidida por outras provas existentes nos autos.

78. A prescrição não arguida na instância ordinária não poderá constituir fundamento de recurso para a instância superior.

Direito Civil

À luz das disposições do direito civil pertinentes ao processo de integração das leis, aos negócios jurídicos, à prescrição e às obrigações e contratos, julgue os itens a seguir.

79. O conflito de normas que pode ser resolvido com a simples aplicação do critério hierárquico é classificado como antinomia aparente de primeiro grau.

80. Caso uma lei nova não dispuser sobre a data de início da sua vigência, entende-se que ela entrará em vigor na data da sua publicação.

81. Valendo-se de normas jurídicas cíveis legalmente estabelecidas, o Estado deve sujeitar o infrator às consequências jurídicas previstas no ordenamento jurídico e de conhecimento geral da sociedade.

82. Nos contratos onerosos, a responsabilidade do alienante pela evicção

pode ser excluída por convenção das partes em cláusula expressa.

83. O contrato com pessoa a declarar será considerado inválido se a pessoa a nomear era incapaz ou insolvente no momento da nomeação, o que constitui exceção ao princípio da conservação dos contratos.

De acordo com a jurisprudência do STJ e as disposições do Código Civil, julgue os itens a seguir, acerca da responsabilidade civil.

84. A sanção civil de pagamento em dobro por cobrança de dívida já adimplida pode ser pleiteada na defesa do réu, independentemente da propositura de ação autônoma ou de reconvenção para tanto.

85. A teoria da responsabilidade civil objetiva aplica-se a atos ilícitos praticados por agentes de autarquias estaduais.

Direito Processual Civil

Julgue os itens seguintes, relativos a atos processuais, mandado de segurança, ação popular e processo de execução.

86. O réu que não comparecer injustificadamente a audiência de conciliação ou mediação designada pelo juiz será considerado revel.

87. Nas causas cíveis de menor complexidade, os embargos de declaração opostos contra a sentença interrompem o prazo para interposição de recurso.

88. Em regra, os atos processuais são públicos e independem de forma determinada.

89. Na ação de revisão de aluguel, é possível a homologação de acordo de desocupação a ser executado mediante expedição de mandado de despejo.

90. No caso de substituição processual, o substituído poderá intervir no processo como assistente litisconsorcial, enquanto o substituto processual poderá intervir como litisconsorte nas causas das quais o substituído seja parte.

91. Na ação popular, em regra, a produção de prova testemunhal poderá ser requerida enquanto não for encerrada a instrução probatória.

92. A execução de título executivo judicial se dá em fase processual posterior à sua formação, denominada processo de execução.

Direito Penal

A respeito da aplicação da lei penal, julgue os itens a seguir.

93. No ordenamento jurídico brasileiro, é adotada a teoria da ubiquidade quando se fala do tempo do crime, ou seja, o crime é considerado praticado no momento da ação ou da omissão.

94. Situação hipotética: Um crime foi praticado durante a vigência de lei que cominava pena de multa para essa conduta. Todavia, no decorrer do processo criminal, entrou em vigor nova lei, que, revogando a anterior, passou a atribuir ao referido crime a pena privativa de liberdade. Assertiva: Nessa situação, dever-se-á aplicar a lei vigente ao tempo da prática do crime.

95. A homologação de sentença estrangeira para obrigar condenado à reparação de dano requer a existência de tratado de extradição com o país de cuja autoridade judiciária emanou a sentença.

Julgue os itens abaixo, acerca de imputabilidade e crime tentado.

96. Em relação à tentativa, adota-se, no Código Penal, a teoria subjetiva, salvo na hipótese de crime de evasão mediante violência contra a pessoa.

97. Comprovado que o acusado possui desenvolvimento mental incompleto e que não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta, é cabível a condenação com redução de pena.

98. A embriaguez accidental, proveniente de força maior ou caso fortuito, exclui a culpabilidade, ainda que o sujeito ativo possuísse, ao tempo da ação, parcial capacidade de entender o caráter ilícito do fato que praticou.

Julgue o item seguinte, a respeito dos crimes contra a administração pública.

99. Constitui crime de peculato na modalidade de desvio a aplicação de recurso para o alcance de finalidade diversa da prevista em lei, ainda que tal aplicação atenda ao interesse público.

Direito Processual Penal

Acerca do inquérito policial, do acusado e seu defensor e da ação penal, julgue os itens que se seguem.

100. O titular da ação penal pública condicionada é o Ministério Público.

101. A autoridade policial poderá instaurar inquérito policial de ofício nos crimes cuja ação penal seja de iniciativa privada.

102. Ainda que não tenha legitimidade para, em ação penal de iniciativa privada, aditar a queixa com o intuito de nela incluir outros réus, o MP poderá acrescentar ao processo elementos que influam na fixação da pena, no exercício da função de custos legis.

103. A denúncia anônima de fatos graves, por si só, impõe a imediata instauração de inquérito policial, no âmbito do qual a autoridade policial deverá verificar se a notícia é materialmente verdadeira.

104. Na hipótese de o réu não constituir advogado, o juiz nomeará defensor dativo para acompanhar o feito, havendo previsão expressa no sentido de que o acusado é obrigado a pagar os honorários arbitrados pelo juiz, caso não seja pobre.

Em relação a *habeas corpus* e prisão, julgue os itens a seguir.

105. A concessão de *habeas corpus* de ofício constitui exemplo de exercício de jurisdição sem ação.

106. O juiz poderá converter a prisão preventiva em domiciliar em hipóteses como a de acusado maior de oitenta anos de idade ou cuja presença seja imprescindível aos cuidados de criança menor de seis anos de idade e a de acusada gestante a partir do sétimo mês de gravidez.

Direito Penal Militar

Julgue os itens seguintes, relativos à aplicação da lei militar.

107. Lei posterior, supressiva de incriminação, impede a punição de uma pessoa por fato que deixou de considerar crime, cessando, em virtude dela, a própria vigência de sentença penal condenatória.

108. O Código Penal Militar adotou, para a lei penal militar no espaço, tanto a regra da territorialidade quanto a regra da extraterritorialidade.

109. A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a

determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

110. O militar estrangeiro, ainda que em comissão ou estágio nas Forças Armadas, não fica sujeito à lei penal militar brasileira, mas à lei do respectivo país de origem.

111. O defeito do ato de incorporação não exclui a aplicação da lei penal militar, mesmo que venha a ser alegado ou conhecido antes da prática do crime.

Sobre a imputabilidade penal e concurso de agentes previstos no Código Penal Militar, julgue os seguintes itens.

112. A pena é agravada em relação ao agente que promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes.

113. Não é imputável quem, no momento da ação ou da omissão, não possui a capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, em virtude de doença mental, de desenvolvimento mental incompleto ou retardado.

Direito Processual Penal Militar

Sobre a polícia judiciária militar, julgue os itens a seguir.

114. Uma competência da Polícia Judiciária Militar é apurar os crimes militares e civis de toda ordem, bem como os que, por lei especial, estão sujeitos à jurisdição militar, e a respectiva autoria.

115. Nos casos em que a PM e o corpo de bombeiros militar sejam subordinados ao comando do secretário de segurança pública, este, como servidor civil, não exerce a função de polícia judiciária militar, atividade exclusiva de autoridade castrense.

Com base nos institutos de direito processual penal militar e sobre o Inquérito Policial Militar (IPM), julgue os itens subsequentes.

116. O prazo para se concluir o inquérito policial militar é de dez dias, se o indiciado estiver preso, e conta a partir do dia em que se executar a ordem de prisão. Se o indiciado estiver solto, o prazo é de trinta dias, contados a partir da data de instauração do inquérito.

117. O IPM poderá ser dispensado, sem prejuízo de diligência requisitada pelo Ministério Público, quando o fato e sua autoria já estiverem esclarecidos por documentos ou outras provas materiais.

118. A autoridade militar somente poderá mandar arquivar autos de IPM quando verificar que o fato que está sendo apurado não se trata de crime militar.

119. A denúncia, segundo o Código de Processo Penal Militar conterá a exposição do fato criminoso, com todas as circunstâncias, bem como a classificação do crime.

120. Não será hipótese de suspeição do juiz quando tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.

Proposta de Redação

“A AUTONOMIA INVESTIGATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO”

Texto de Apoio – A Constituição Federal de 1988 dotou o Ministério Público brasileiro de conformação arrojada e independente, conferindo-lhe o caráter de instituição permanente, o status de função essencial à Justiça e a incumbência de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, munindo-lhe, para tanto, de aparato considerável de instrumentos vocacionados à tutela do cidadão e de interesses públicos primários.

Com esses contornos, o Ministério Público brasileiro despontou como instituição sui generis no cenário mundial, desempenhando desde funções clássicas do Ministério Público, tal como a persecução criminal, a funções geralmente atribuídas a outras instituições, como as de controle da Administração Pública e tutela dos direitos do cidadão, desempenhadas em outros países, em regra, por autoridades derivadas do Poder Legislativo.

Tão relevantes são as atribuições conferidas ao Ministério Público no Brasil para a tutela do interesse público e dos direitos fundamentais que essa instituição goza da estatura de garantia individual e, por conseguinte, do atributo de cláusula imutável.

OBSERVAÇÕES:

1. Seu texto deve possuir até 30 (trinta) linhas.
2. Aborde o tema sem se restringir a casos particulares ou específicos a uma determinada situação.
3. Formule uma opinião sobre o assunto e apresente argumentos que defendam seu ponto de vista.
4. O título é opcional.
5. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Redação que:

- a) não desenvolver o tema proposto, ou seja, fugir ao tema proposto;
- b) não desenvolver o tema na tipologia textual exigida;
- c) apresentar desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- d) redigir seu texto a lápis, ou a tinta em cor diferente de azul ou preta;
- e) entregar a redação em branco, ou desenvolvê-la com letra ilegível, com espaçamento excessivo entre letras, palavras, parágrafos e margens;
- f) apresentar identificação de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

Folha – Redação

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Gabarito – 1º Simulado

01	C	31	C	61	C	91	E
02	C	32	E	62	C	92	E
03	E	33	E	63	C	93	E
04	C	34	C	64	C	94	C
05	E	35	E	65	C	95	E
06	C	36	E	66	E	96	E
07	E	37	C	67	C	97	C
08	E	38	E	68	C	98	E
09	C	39	C	69	C	99	E
10	E	40	E	70	C	100	C
11	C	41	C	71	C	101	E
12	E	42	E	72	C	102	C
13	E	43	E	73	C	103	E
14	E	44	C	74	E	104	C
15	E	45	C	75	E	105	C
16	C	46	C	76	C	106	E
17	E	47	E	77	C	107	C
18	E	48	E	78	C	108	C
19	C	49	C	79	C	109	C
20	C	50	C	80	E	110	E
21	C	51	C	81	C	111	E
22	C	52	E	82	C	112	C
23	E	53	E	83	E	113	C
24	C	54	E	84	C	114	E
25	E	55	E	85	C	115	C
26	C	56	E	86	E	116	E
27	E	57	C	87	C	117	C
28	E	58	C	88	C	118	E
29	C	59	E	89	C	119	C
30	E	60	E	90	C	120	C